

O projeto de adequação litúrgica de uma igreja histórica no contexto do seu restauro e da pastoral litúrgica, a partir da Igreja Nossa Senhora da Assunção, Santuário Nacional São José de Anchieta – Anchieta, Espírito Santo

Raquel Tonini Rosenberg Schneider ¹

Resumo: A Igreja, sinal e símbolo das realidades celestes e vocacionada a reproduzir a imagem da assembleia congregada, conforme citações do Pontifical Romano e Instrução Geral do Missal Romano, respectivamente, é lugar de encontro e resposta de fé para uma igreja em saída. O projeto arquitetônico-litúrgico-iconográfico de adequação litúrgica se desenvolve, aqui, no contexto de um amplo projeto de conservação e requalificação dos espaços do complexo jesuíta do século XVI, Monumento Nacional desde 1943. Fundamenta-se na Mistagogia do Edifício Eclesial e na reforma litúrgica promulgada pelo Concílio Vaticano II, garantindo a qualidade de bem patrimonial tombado. A pesquisa desenvolve os fundamentos e justificativas que a intervenção visa, demonstra que o processo é fruto de uma Pastoral Litúrgica que envolve pároco, comunidade e equipe litúrgico- técnica multidisciplinar e propõe que sua missão seja ampliada a partir da finalização da intervenção. Dessa forma, o resultado do percurso histórico-litúrgico-iconográfico-pastoral dado pela pesquisa é, também, uma proposta de evangelização pela via da beleza, pois *anunciar Cristo significa mostrar que crer n'Ele e segui-Lo não é algo apenas verdadeiro e justo, mas também belo, capaz de cumular a vida dum novo esplendor e dum alegria profunda, mesmo no meio das provas* (FRANCISCO, 2013, p. 99).

Palavras-chave: Adequação litúrgica. Concílio Vaticano II. Patrimônio arquitetônico. Jesuíta. Inculturação.

INTRODUÇÃO

A adequação litúrgica dos espaços celebrativos utilizados pelos cristãos faz parte da história da Igreja e acontece desde os primeiros séculos da era cristã. Compreende toda intervenção física, arquitetônica e artística, a partir da mistagogia do edifício eclesial, em vista da liturgia celebrada pela assembleia reunida. Desde as habitações familiares - cujos espaços se tornaram *Domus Ecclesiae* - às adequações dos espaços públicos escolhidos pelos primeiros cristãos - sobretudo a basílica de planta longitudinal, cujo modelo ultrapassou os estilos arquitetônicos e perdurou por mais de mil anos - até os atuais espaços de celebração, construídos pouco antes e após a reforma litúrgica promulgada pelo Concílio Vaticano II, tem-se que a Igreja sempre adequou os espaços destinados ao culto, para melhor celebrar a liturgia.

O processo de adequação litúrgica em bens protegidos, seja em nível municipal, estadual ou federal, além das orientações eclesiais e legislação civil, atende ainda às orientações e normas destinadas à proteção e preservação do imóvel, pelo seu valor cultural-histórico- artístico-religioso. Trata-se de uma intervenção de grande responsabilidade, que deve

¹ Arquitecta Especialista em Espaço Celebrativo-Litúrgico e Arte Sacra (ITESC-FAJE), aluna do Pontifício Instituto Litúrgico de Roma, no Master *Arte per il Culto* e mestranda em teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Instituição de origem: Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Instituição financiadora da pesquisa desenvolvida: a aluna recebe apoio financeiro da CAPES.

ser realizada por equipe perita multidisciplinar, em permanente diálogo, tanto com os órgãos competentes quanto com a comunidade local, em vista de tornar conhecido, valorizado e devidamente qualificado o bem imóvel em questão. Três pontos estão presentes diante do tema da adequação litúrgica, tendo em vista que este espaço se configura através de dois espaços fundamentais. Inicialmente a pergunta sobre o que é, de fato, uma adequação litúrgica e quais são seus fundamentos e critérios de execução. Em seguida, duas afirmações que conduzem a matéria da adequação litúrgica - aparentemente distante de uma ação pastoral - ao seu ponto central. A primeira, que toda intervenção no edifício eclesial é sempre uma oportunidade de pastoral litúrgica e a segunda, que esta pastoral sempre tem presente a natureza missionária da Igreja (cf. AG, n. 2), articulada de modo a alcançar a todos, especialmente os mais necessitados. O estudo se desenvolve através de quatro argumentos essenciais: trata-se de um *patrimônio cultural material* sob proteção de tombamento, de uma *adequação litúrgica* para este bem patrimonializado, inserida no contexto do *restauro* e ainda, da possibilidade de que esta intervenção se desenvolva numa oportunidade de *pastoral litúrgica*. Desse modo, a pesquisa está organizada em três partes. A primeira situa o conjunto edificado no tempo e no espaço, a partir de um brevíssimo histórico até o momento da proposta apresentada pelo projeto arquitetônico de adequação litúrgico-iconográfica para a igreja, cujo início se deu em 2018. A segunda parte trata do projeto em si mesmo, apresentando seus fundamentos e a síntese da proposta em execução, constituído também de etapas posteriores à entrega da obra prevista para agosto próximo. A terceira e última refere-se ao caráter permanentemente pastoral da intervenção no espaço como um processo de adequação litúrgica, apresentando propostas de possíveis atividades destinadas à formação e à evangelização que esta comporta.

O presente estudo tem como objetivo mostrar que a adequação litúrgica é possível e requer conhecimentos específicos nas diversas áreas envolvidas. Ademais, que é garantidora da unidade entre a preservação do bem patrimonial tombado e as orientações litúrgicas do CV II. E por fim, que é responsável para que este espaço cumpra com sua função e seja verdadeiramente símbolo do que nele se realiza. Desenvolve-se no contexto de uma pastoral litúrgica que abraça comunidade, pároco, equipe técnico-litúrgica-artística-histórica, seja antes ou após a intervenção. Conclui-se então que o resultado do percurso histórico-litúrgico-iconográfico-pastoral dado pela pesquisa e aplicado no projeto arquitetônico de adequação litúrgica é, também, uma proposta de evangelização para uma *Igreja em saída*.

1 SITUANDO A IGREJA-EDIFÍCIO NO TEMPO E NO ESPAÇO

A presença jesuíta na Capitania do Espírito Santo se deu de norte a sul, com o estabelecimento de aldeamentos, fazendas, engenho e colégio. Entre 1551 e 1760, partindo da região norte, são conhecidas cinco Aldeias: de Reis Magos, de São João, da Conceição, de Guaraparim e de Reritiba, destacando-se as de Reis Magos e Reritiba, atual Anchieta, pelo estado de conservação do conjunto edificado. Quanto às fazendas, tem-se conhecimento das de Itapoca, Carapina e Muribeca. E ainda, do engenho de Araçatiba e do colégio de São Tiago, em Vitória. Reritiba apresentava característica própria, diferenciando-se dos demais aldeamentos pelo

fato de ser originalmente uma aldeia indígena. A Aldeia de Reritiba tornou-se, mais tarde, uma vila portuguesa e recebeu o nome Benevente, homônimo do rio que a margeia. Em 1887 foi elevada à categoria de cidade e, mais tarde, passou a se chamar Anchieta.

A igreja Nossa Senhora da Assunção está situada nesta cidade de Anchieta, ao sul do estado, e é parte do complexo jesuíta conhecido como *Conjunto Anchietano*, “remanescente de um dos aldeamentos jesuítas do século XVI, do Espírito Santo, fundados e visitados pelo padre José de Anchieta” (IPHAN, 2017). A fundação desse complexo data entre 1565 e 1569 e sua ocupação mantém tipologia recorrente: em área elevada e nas proximidades do mar ou de um rio. Encontra-se assim, estrategicamente implantado pois, sendo possível avistar a foz do Rio Benevente, fica garantido “maior controle visual do território e fácil acesso marítimo e fluvial” (IPHAN, *Loc. cit.*). A construção obedece ao padrão da quadra, sendo que a estrutura destinada à residência e ao trabalho - em forma de ‘u’ - está situada, neste caso, à esquerda do conjunto edificado e a igreja, por conseguinte, ocupa todo o seu lado direito. A torre sineira, quadrangular, encontra-se fora dos limites da quadra, situada no canto frontal direito da igreja. Trata-se de uma edificação feita em pedra e cal e de fachada simples e, ainda que apresente alterações nas suas janelas, é a única remanescente do conjunto original. O *Conjunto Anchietano* recebeu proteção de Tombamento em 1943 pelo IPHAN, com registro no Livro do Tombo Histórico, sob Inscrição n. 222, de 21/09/1943.

A igreja se encontra entre a residência e a torre sineira e se destaca pelas suas três naves, o que a torna única no estado. Trata-se de uma característica pouco comum na tipologia arquitetônica das igrejas do Brasil e, “no caso de Igreja da Companhia de Jesus, é exceção, que só se repete na Igreja de São Pedro de Aldeia, no Rio de Janeiro” (IPHAN, 2015). Ao longo dos séculos o conjunto sofreu várias intervenções. O acréscimo no final do século XVIII teve como objetivo a criação da sacristia que, ultrapassando a divisa oeste do conjunto, rompeu com os limites da quadra. Na primeira metade do século XIX, outras intervenções de caráter funcional geraram mudanças na arquitetura. “Utilizada como câmara, prisão, corregedoria e abrigo para estrangeiros, assim como os cômodos do térreo foram transformados em cavalariças, em meados do século XIX, passou abrigar o cemitério da cidade em seu claustro” (IPHAN, 2017). Posteriormente, se deu a transferência deste cemitério para outro lugar.

O interior da igreja também recebeu intervenções ao longo dos anos e, a partir dos documentos e pesquisas arqueológicas é possível hoje conhecer algumas configurações da capela-mor. A primeira da qual se tem notícia aponta para a presença de pinturas parietais na parede de fundo junto ao nicho da imagem, cuja execução, de acordo com os pesquisadores, varia entre o século XVII e primeira metade do XVIII. Sua descoberta se deu pelos indícios que conduziram a pesquisa para as obras do restauro de 1994-1997, sendo então, trazidas à luz. A segunda configuração trata de outras intervenções estruturais ocorridas a partir da construção da sacristia e cuja datação encontra contradições entre os estudiosos do *Conjunto Anchietano*. Por fim, anteriormente àquele restauro, sabe-se que a configuração da capela-mor contava com a presença de um retábulo possivelmente instalado entre o final do século XIX e início do século passado. As peças que o compõem revelam, segundo pesquisas, várias

camadas de pinturas artísticas de diversas datações. Logo após essas obras, o retábulo foi remontado e instalado na nave lateral esquerda da igreja, onde se encontra até o presente momento. É importante ressaltar que da Reforma Litúrgica promulgada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) até o restauro de 1994-1997 e posteriormente também, houve diferentes organizações e utilizações do mobiliário litúrgico, sobretudo no espaço do presbitério, o que já sugere uma necessidade de intervenção. O Projeto de Conservação e Requalificação dos Espaços de Culto e Museológicos do *Conjunto Anchietano*, atualmente em fase final de execução, foi entregue pelo IPHAN à Igreja Nossa Senhora da Assunção em outubro de 2015, em cerimônia realizada no Jardim da residência dos Padres Jesuítas, situado ao lado do Santuário. Após três anos, em maio de 2018, o IPHAN publicou em seu portal a notícia a respeito do início das obras de Restauro do

Santuário Nacional de Anchieta (ES), com o seguinte texto de abertura:

Símbolo da presença jesuítica no Brasil, o Santuário Nacional de São José de Anchieta, no município de Anchieta (ES), será totalmente restaurado. (...). A intervenção tem o propósito de democratizar o acesso às salas do museu, como a histórica Cela de São José de Anchieta. O local receberá projeto museográfico de organização do acervo, que contempla investimentos na climatização, telhamento, iluminação, comunicação, sonorização e restauro de peças. (...). O projeto, contratado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), será executado pelo Instituto Modus Vivendi. (...), via lei Rouanet. (IPHAN, 2018).

2 O PROJETO ARQUITETÔNICO MODIFICATIVO DE ADEQUAÇÃO LITÚRGICO-ICONOGRÁFICA PARA A IGREJA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO – SANTUÁRIO NACIONAL SÃO JOSÉ DE ANCHIETA

A proposta de um projeto arquitetônico de adequação litúrgica exige, antes de mais nada, a reta compreensão sobre seu significado e, também, seus fundamentos e critérios de execução. O Concílio Vaticano II assumiu a Reforma Litúrgica e esta “determinou uma mudança radical no significado da Liturgia na vida dos cristãos, intervindo com uma renovação da estrutura da ritualidade e exigindo a estreita e necessária correlação entre a dinâmica litúrgica e a configuração arquitetônica” (CNBB, 2013, p. 14). Isto significa, continua o texto, um “esforço que a reforma litúrgica pede aos arquitetos, aos liturgistas e aos pastores” (CNBB, *Loc. cit.*), assim como a toda a comunidade de fiéis, em vista, sobretudo, da necessária adequação litúrgica dos espaços de celebração existentes para que se cumpra a finalidade da arquitetura sacra de “oferecer à Igreja que celebra os mistérios de fé, (...) o espaço mais idôneo para uma condigna realização da sua ação litúrgica” (BENTO XVI, 2007, p. 64), pois, “de fato, a natureza do templo cristão define-se precisamente pela ação litúrgica, a qual implica a reunião dos fiéis (*ecclesia*), que são as pedras vivas do templo” (BENTO XVI, *Loc. cit.*).

O documento conciliar *Sacrosanctum Concilium* apresenta as diretrizes da reforma litúrgica promulgada pelo Concílio Vaticano II², afirmando a necessidade de que “na construção de edifícios sagrados, tenha-se grande preocupação de que sejam aptos para lá se realizarem as ações litúrgicas e permitam a participação ativa dos fiéis” (SC, n. 124). Como atesta a própria história da Igreja em seus dois mil anos, se faz necessário que artistas, técnicos, clero e povo de Deus, sob orientação específica, cada qual com seu modo próprio de participação e em constante diálogo, busquem compreender o que seja uma adequação litúrgica. Deste modo, a partir da mistagogia do edifício eclesial, tanto se promova uma arquitetura-arte cristã “adequada aos verdadeiros objetivos da renovação litúrgica implementada pelo Concílio Vaticano II” (CNBB, 2021, p. 25), quanto se salvguarde o patrimônio cultural-histórico-artístico da Igreja.

No Brasil, com o objetivo de atender às orientações conciliares, a CNBB apresentou, em 1971, o Documento-Base sobre a Arte Sacra, afirmando a compatibilidade entre a reforma litúrgica e o respeito ao patrimônio artístico. Falou igualmente da necessidade de equilíbrio e prudência na interpretação das novas diretrizes litúrgicas e da exigência de aprovação do projeto de intervenção pela Comissão Diocesana de Arte Sacra. Orientou ainda, quanto à indispensabilidade de critérios bem estabelecidos para a intervenção das igrejas antigas, e quanto à necessidade de avaliação do seu valor histórico-artístico.

Passados cinquenta e cinco anos do encerramento do Concílio Vaticano II ainda é notória a necessidade de adequação dos espaços destinados à realização da ação litúrgica. Os textos conciliares convidam a assembleia celebrante a buscar as fontes do cristianismo em vista das orientações litúrgico-pastorais por ele promulgadas. *A igreja de pedra*, aqui também patrimônio cultural-histórico-artístico-religioso dos povos é a casa da comunidade - *igreja viva* -, lugar de encontro com Deus e da profissão de sua fé pela celebração do Mistério Pascal de Cristo e dos demais sacramentos e ofícios. Desta vivência manifesta-se a ação da Igreja. Assim, o termo *adequação litúrgica*, ao contrário de outros termos, mostra-se pertinente pois evidencia “a capacidade das igrejas de receber intervenções com o propósito de incorporar e efetuar as mudanças necessárias à renovação litúrgica, já que seus espaços existem e se justificam como lugares da celebração da fé das comunidades que as frequentam” (CNBB, 2021, p. 29).

Constata-se, assim, a necessidade e a urgência de projetos arquitetônicos de adequação litúrgica com um olhar mais abrangente e mais consciente da sua importância pastoral, tratando o edifício eclesial em sua totalidade e o espaço de celebração como um espaço único de estrutura bipartida, fundamentado na linguagem simbólica nele presente. Constitui-se assim, um espaço que compreende dois espaços fundamentais e dois movimentos distintos, o horizontal e o vertical. Além disso, faz-se necessário a elaboração de um programa de necessidades, geral e específico, parte do processo de pastoral litúrgica e elaborado a partir

2 O Papa João Paulo II, em 1995, classificou o Concílio Vaticano II como “um momento de reflexão global da Igreja sobre si mesma e sobre as suas relações com o mundo”. Inaugurado em 1962 pelo Papa João XXIII e realizado em quatro sessões, teve seu encerramento em 1965, sob o papado de Paulo VI.

das reflexões da comunidade e avaliações técnicas da equipe multidisciplinar constituída no início do processo.

No contexto do Projeto de Conservação e Requalificação dos Espaços de Culto e Museológicos do *Conjunto Anchietano*, mostrou-se evidente a necessidade de um Projeto Arquitetônico de Adequação Litúrgico-Iconográfica para a Igreja Nossa Senhora da Assunção, em vista de todo o conjunto edificado e das várias definições exigidas no atual processo. Os fundamentos apresentados com a proposta partem de quatro argumentos: 1) Um *patrimônio cultural material*, sob proteção de tombamento, aos cuidados do IPHAN, significando ser um bem de interesse nacional; 2) Um *restauro*, visando a recuperação, conservação e manutenção do bem patrimonial; 3) Uma *adequação litúrgica* do espaço de culto existente - histórico e patrimonializado -, a partir da reforma litúrgica assumida pelo CV II e da consequente compreensão de que moldada pela Liturgia, a igreja-edifício é mistagógica, implicando critérios muito específicos para o desenvolvimento da intervenção; 4) Uma possibilidade de *pastoral litúrgica*, que nasce e se perpetua com o projeto de adequação litúrgica, tendo em vista a assembleia de discípulos-missionários que, unida e nutrida, responde, cada qual com seu ministério, como *Igreja em saída*.

A proposta do projeto tem como ponto de partida a mistagogia do edifício eclesial, expressa em linguagem simbólica e cujo fundamento pode ser encontrado também, no texto do Documento 43, da CNBB, sobre a Animação da vida Litúrgica no Brasil, quando afirma que “a Igreja-edifício deve ser funcional e significativa, favorecendo, através de configuração e distribuição dos dois espaços fundamentais, tanto a execução da ação litúrgica quanto a participação ativa dos fiéis” (CNBB, 2021, p. 9). Além disso, “quando se constrói uma igreja, não se pode esquecer que ela toda é um ícone, uma imagem viva. Moldada pela liturgia, é, por si mesma, mistagógica” (CNBB, 2013, p. 10).

O primeiro passo na elaboração do projeto foi demarcar com clareza a existência de dois roteiros distintos, a partir dos dois ingressos existentes: um pela igreja e outro pelo museu. Como o título demonstra, o conteúdo do projeto diz respeito às intervenções referentes ao espaço celebrativo, incluindo somente aquelas estruturas necessárias à execução das ações litúrgicas. Para isto, foram contemplados basicamente quatro procedimentos construtivos, apresentados ao IPHAN e por este Instituto aprovados com as devidas considerações. São eles: 1- Abertura de porta na nave lateral esquerda, aproximadamente alinhada com a porta de acesso lateral direito existente e com o objetivo primeiro de evidenciar a configuração simbólica da igreja a partir dos seus dois espaços fundamentais, reveladores da mistagogia da igreja-edifício. Quer, por isto, eliminar qualquer possibilidade de que o presbitério continue sendo utilizado como corredor de acesso à capela da Reserva Eucarística e à cela de São José de Anchieta e, concomitantemente, garantir que o fiel possa visitar estes espaços sem que ingresse obrigatoriamente pelo museu. Por fim, a proposta inclui também, a transferência do lugar da Reserva Eucarística para o tabernáculo existente no altar-retábulo que se encontra na nave lateral esquerda e naquele da lateral direita, cria o lugar para a guarda dos Santos Óleos. O lugar anteriormente usado como capela da Reserva Eucarística recebe novo uso,

tornando-se agora Espaço Devocional. 2- Rebaixamento da estrutura de sustentação do piso de madeira de toda a nave da igreja que passa a ter um único nível e garante assim, acessibilidade e segurança a todos. O acesso ao presbitério/capela-mor também foi todo redefinido, tanto pela exigência de compatibilização com o novo nível da nave da igreja, quanto pela necessidade de evidenciar a passagem desta para o presbitério. Revela, deste modo, um limiar que, indicado pelo elemento arco cruzeiro e degraus a ele unidos, marca a configuração do espaço celebrativo em sua estrutura bipartida, simbolizando a terra e o céu na igreja. 3- Eliminação da escada de acesso ao coro, pela igreja, tanto pelo quesito segurança, quanto para a melhor organização do espaço celebrativo que, agora, dispõe de lugar da Reconciliação, à direita do acesso principal e em relação com o existente e reconfigurado lugar do Batismo, à esquerda. A intervenção evidencia a estreita relação entre os dois sacramentos. 4- Execução de passarela lateral externa, ligando a nova porta lateral ao roteiro museográfico, com as mesmas características construtivas da passarela aprovada para o restante da obra, no roteiro museográfico. Esta passarela une, no seu trecho final, os dois roteiros de visitação - igreja e museu -, devidamente separados por um sistema de catracas, permitindo assim, o acesso aos espaços comuns de visitação: Espaço Devocional, Cella de São José de Anchieta e Sacristia.

Além dessas intervenções que definiram toda a proposta, outras fazem parte do projeto e, devidamente fundamentadas, compõem o projeto de adequação litúrgico-iconográfica apresentado. Entre elas, a transferência do retábulo presente na área da nave lateral esquerda, para a área central e descoberta da quadra, junto à lateral esquerda da igreja. Sua confirmação e desenvolvimento dependem do avanço nas pesquisas arqueológicas. Outra intervenção proposta é o estabelecimento de um movimento linear de visitação, sem contra fluxo, através da abertura de porta na sacristia, onde se tem hoje uma janela que também já foi porta. Esta abertura garante a melhor qualidade da visita aos espaços, sobretudo àqueles comuns aos dois roteiros, estabelece um ritmo mais ordenado para a visitação e permite que o visitante-fiel faça o percurso interno e, na sequência, o externo, pelo acesso imediato aos novos espaços propostos, permeado pelos caminhos definidos juntamente com o projeto paisagístico.

O projeto de adequação litúrgico-iconográfica redefine ainda o mobiliário litúrgico, para altar, ambão, cadeira da presidência e cadeiras auxiliares, para o lugar da Reconciliação e para intervenções no lugar do Batismo com a preservação da pia batismal histórica. Altar, ambão e presidência têm sua arte desenvolvida pelo artista cristão Ruberval Monteiro OSB. Executadas com tecnologia de corte em máquina 3D e esculpidas em CNC 6 eixos, são em material pedra mármore *Chocorosa* - chocolate com cor rosa -, de baixa penetração de água, gordura e óleos, natural do Espírito Santo e bastante conhecido dos capixabas. O acabamento rústico, segundo definições do projeto, usa escovas diamantadas e tem finalização com escovas de aço.

No presbitério, os achados arqueológicos exigiram a locação do altar - centro e ponto visível do *Axis Mundi* - em piso elevado na altura de um degrau em relação à tijoleira existente, executada durante o último restauro. A forma circular dada à elevação contribui para evidenciar o centro do espaço celebrativo e para onde toda atenção se volta. Os três degraus

anteriormente existentes e que remetem à antiga configuração da capela-mor foram mantidos e reorganizados em vista da necessidade litúrgica. O ambão - lugar elevado de onde é anunciada a Boa Nova - está situado entre a nave central e lateral esquerda, no meio de duas colunas. É o lugar da Palavra de Deus, própria da história e para ser historizada, pertencendo, por isto mesmo, ao espaço da nave, símbolo da terra. Pela forma proposta e arte para ele desenvolvida, sua presença se impõe, evocando e provocando a escuta da palavra, em vista da resposta ao seguimento.

O projeto de adequação litúrgica proposto para ser executado em mais de uma etapa, tendo em vista o programa iconográfico para ele desenvolvido, contempla ainda outros elementos e mobiliários litúrgicos, respeitando a história e promovendo a participação consciente e ativa da assembleia celebrante. Um Relatório de Fundamentação inicial da proposta foi apresentado ao IPHAN com o Projeto Arquitetônico Modificativo de Adequação Litúrgico-Iconográfica para a Igreja de Nossa Senhora da Assunção em vista da sua aprovação. O parecer favorável declarou ainda que o projeto “busca conciliar as demandas apresentadas pelo Concílio Vaticano II para espaços celebrativos com as necessidades intrínsecas de preservação de um bem patrimonializado” (IPHAN, SEI nº 1995243).

3 A ADEQUAÇÃO LITÚRGICA É UMA POSSIBILIDADE DE PASTORAL LITÚRGICA

Retomando os fundamentos anteriormente apresentados para o desenvolvimento da pesquisa e sua consequente aplicação no projeto de adequação litúrgica, tem-se presente uma síntese do processo. Como *patrimônio tombado*, a exigência de diálogo permanente com os órgãos competentes: aqui, o IPHAN, outros órgãos civis e Comissão Arquidiocesana de Arte Sacra. Como *restauro*, além do acima citado, a necessidade de estudos, prospecções, pesquisa documental e arqueológica. Trata-se assim, de um processo técnico, que exige tempo e diálogo permanente com todas as especialidades envolvidas, seja na elaboração dos projetos, seja na sua execução, contando ainda, com as surpresas dos achados arqueológicos. Exige, por outro lado, ações educativas, em vista da construção e/ou consolidação e crescimento da memória e senso de pertença da comunidade. Como *adequação litúrgica*, define-se pelo que os documentos da Igreja ensinam, a partir da mistagogia do edifício eclesial e sua linguagem própria. E, por fim, como *pastoral litúrgica*, revela a necessária conscientização a respeito da importância pastoral e da abrangência de uma intervenção no espaço como adequação litúrgica, pois “toda intervenção é sempre, uma ação pastoral” (CNBB, 2021, p. 10)

Assim, no processo contínuo da ação pastoral, a adequação litúrgica dos espaços das igrejas possibilita ainda várias atividades correlacionadas. Propõe-se então: 1- Celebração anual da Dedicção da Igreja, cuja festa precede de Semana de Estudo, Reflexão e Aprofundamento a respeito da Liturgia e do Espaço Litúrgico; 2- Celebração anual da festa do Santo Padroeiro, antecedendo a ela Semana de Estudo Temático; 3- Elaboração de um programa de Visita Guiada Litúrgico-Iconográfica para as turmas de catequese de todas as idades e para todas as equipes de trabalho da comunidade, estendendo-se ainda para toda a comunidade local e regional; 4- Conscientização sobre a necessidade de planejamento, em vista da manutenção

permanente da edificação e da sustentação da organização do espaço conforme definições do projeto de adequação litúrgica; 5- Desenvolvimento da Pastoral Turística; 6- Elaboração de Folders formativos, artísticos e atraentes; 7- Visita Guiada com auxílio de Áudio Guias em outras línguas; 8- Ações Educativas, em diversos níveis, em vista da criação do crescente senso de pertença e responsabilidade para com o patrimônio material protegido, em favor da memória local e nacional e, ainda, do anúncio da Boa Nova, para uma sociedade mais fraterna.

O resultado do percurso cultural-histórico-litúrgico-iconográfico-pastoral dado pela pesquisa constitui-se uma oportunidade de evangelização pela via da beleza. Não se trata de luxo, suntuosidade ou ostentação, mas daquela “nobre beleza” sobre a qual os documentos conciliares se referem, “pois, anunciar Cristo significa mostrar que crer n’Ele e segui-Lo não é algo apenas verdadeiro e justo, mas também belo, capaz de cumular a vida dum novo esplendor e duma alegria profunda, mesmo no meio das provações” (FRANCISCO, 2013, p. 99).

CONCLUSÃO

“No processo de adequação, as igrejas encontram seu destino permanente: manifestam a identidade do culto cristão, (...) dentro de contextos que mudam e que não são rigidamente estabelecidos, mas que sempre serão moldados pela Liturgia” (CNBB, 2021, p. 29). Assim, toda intervenção na igreja-edifício é, antes de tudo, um processo de adequação litúrgica e uma oportunidade pastoral. Apresentado a partir dos conteúdos que fundamentam o projeto arquitetônico modificativo de adequação litúrgico-iconográfica para a Igreja Nossa Senhora da Assunção, este processo se faz possível pela abertura à escuta e ao trabalho multidisciplinar e especializado, exprimindo ainda um caminho evangelizador capaz de “recuperar a estima da beleza para poder chegar ao coração do homem e fazer resplandecer nele a verdade e a bondade do Ressuscitado” (FRANCISCO, 2013, p. 99).

O estudo destaca, assim, a capacidade de adequação litúrgica que os espaços celebrativos comportam, inclusive aqueles patrimonializados, tanto com respeito ao seu valor cultural-histórico-artístico-religioso, quanto em respeito à sua contemporaneidade como lugar da assembleia litúrgica. Além disso, merece realce a oportunidade que o momento de preparação da proposta de intervenção oferece - da análise da situação e estudo aprofundado à elaboração do programa de necessidades geral e específico, até o desenvolvimento do projeto arquitetônico-litúrgico-iconográfico e seus complementares -, para que esta aconteça a partir da mistagogia do edifício eclesial e sua linguagem própria, simbólica. Enfim, a possibilidade de que, através da intervenção no espaço, se estabeleça um processo de pastoral litúrgica. Esta se configura ainda através de uma iniciação mistagógica, onde se tem presente “a necessária progressividade da experiência formativa na qual intervém toda a comunidade e uma renovada valorização dos sinais litúrgicos da iniciação cristã” (FRANCISCO, 2013, p. 99).

A proposta de recuperação da centralidade do espaço celebrativo e da configuração dos dois espaços fundamentais, visibilizados pela estrutura arquitetônica da igreja existente e pela reorganização do mobiliário litúrgico, com o altar - mesa da eucaristia - no presbitério e

o ambão - mesa da palavra - na nave, revela o eixo central sobre o qual se alicerça um projeto de adequação litúrgica. Neste lugar, a assembleia celebra, proclama e reafirma sua fé. Aqui, a perenidade da catequese mistagógica, *oferecida a todos*, anuncia a *Alegria do Evangelho* e imprime a confirmação da missionariedade dos discípulos. Trata-se do natural, necessário e urgente movimento de uma *Igreja em saída*, em vista do encontro de irmãos que, na *Casa Comum*, cuidam uns dos outros, comprometem-se e caminham rumo à casa definitiva.

LISTA DAS ABREVIATURAS E SIGLAS

AG – *Ad Gentes*

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil CV II – Concílio Vaticano II

IPHAN – Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional

Loc. cit. – ou *Loco citato* = no lugar citado

SC – *Sacrosanctum Concilium*, Concílio Vaticano II, Constituição sobre a Sagrada Liturgia.

REFERÊNCIAS

ABREU, Carol de (Org.). *Anchieta: A Restauração de um Santuário*. Rio de Janeiro: 6ª C.R./IPHAN, 1998.

BENTO XVI. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Sacramentum Caritatis sobre a Eucaristia fonte e ápice da vida e da missão da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2007.

CARVALHO, José Antônio. *O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo*. 2ª Ed. Rev. Vitória: EDUFES, 2019.

CARVALHO, José Antônio. *O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

CONCÍLIO VATICANO II. *Ad Gentes: decreto sobre a atividade missionária da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1966.

_____. *Sacrosanctum Concilium: constituição sobre a Sagrada Liturgia*. São Paulo: Paulinas, 2002.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Documento-base sobre a Arte Sacra*. In: Comunicado Mensal, n. 227, 1971.

_____. Estudo 106. *Orientações para Projeto e Construção de Igrejas e disposição do Espaço Celebrativo*. Brasília: Edições CNBB, 2013.

_____. Estudo 113. *Orientações para Adequação Litúrgica, Restauração e Conservação da Igreja*. Brasília: Edições CNBB, 2021.

_____. Documento 43. *Animação da Vida Litúrgica no Brasil*. Itaiç, 1989. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/josevieira68/cnbb-doc-43-animao-da-vida-litrgica-no-brasil>. Acesso em: 15 mar. 2021.

FRANCISCO, Papa. *Evangelii Gaudium. Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013.

LEITE, Serafim SJ. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2004.

IPATRIMONIO. Plataforma sobre o patrimônio cultural brasileiro (beta). Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/anchieta-igreja-nossa-senhora-da-assuncao-e-residencia/#!/map=38329&loc=-20.80408900000015,-40.653805,17>. Acesso em 25 abr. 2021.

IPHAN. Igrejas Tombadas no Espírito Santo: Igreja Nossa Senhora da Assunção – Anchieta (ES), 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1357>. Acesso em 25 abr. 2021.

_____. Igreja Nossa Senhora da Assunção (ES) recebe projeto de requalificação. 29 de outubro de 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3336>. Acesso em 25 abr. 2021.

_____. Começam as obras de restauro do Santuário Nacional de São José de Anchieta (ES). 21 de maio de 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4659/come-cam-as-obras-de-restauro-do-santuario-nacional-de-sao-jose-de-anchieta-es>. Acesso em 22 abr. 2021.